
COPENHAGUE – Reunião do GAC sobre os serviços de diretório de registro
Terça-feira, 14 de março de 2017 – 12h às 12h30 CET
ICANN58 | Copenhague, Dinamarca

CATHRIN BAUER-BULST: Olá, bem vindos à nossa sessão sobre serviços de diretoria de registo. Passamos ao seguinte slide, por favor. Há dois assuntos para tratar. Vocês vão encontrar dois documentos informativos no material que receberam. Em primeiro lugar, vamos brevemente falar sobre os planos para a equipe de revisão do sistema de diretoria de registo que vai começar com seu trabalho. Em segundo lugar, o processo de desenvolvimento de política em andamento, para o serviço de diretoria de registo de próximas gerações. Em primeiro lugar, queremos tratar com vocês a revisão do serviço de diretoria de registo. Como os senhores sabem, essa revisão está estabelecida pelos estatutos da ICANN, se realiza de forma periódica a cada cinco anos para avaliar se a implementação dos serviços de diretoria de registo atuais cumprem as necessidades legítimas de aplicação da lei, e promovem também a confiança dos consumidores e as medidas de proteção para dados ou registradores. Vocês devem lembrar que a ICANN fez uma proposta de limitar a carga de trabalho da

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

equipe de revisão, limitando o alcance da revisão a uma análise post mortem da implementação dos resultados do relatório de 2012 para não começar um processo de revisão totalmente novo, mas avaliar se as recomendações formuladas anteriormente tinham sido implementadas ou se ficavam com seus pendentes. Isso já foi discutido na reunião de Hyderabad, por diferentes partes da comunidade, e alguns setores da comunidade se sentiam incômodos com essa limitação do alcance por vários motivos. Em primeiro lugar porque enquanto trabalhamos em novas estruturas não ficava claro como tinha que implementá-las e também porque sentíamos que isso não cumpria os compromissos estabelecidos nos estatutos. Talvez poderíamos passar ao seguinte slide. Entre outros setores da comunidade, o presidente do GAC também compartilhou as preocupações do GAC e do PSWG a respeito de que nós deveríamos deixar a equipe de revisão avaliar o alcance dessa revisão e não limitá-la de antemão. A GNSO também fez uma proposta alternativa, para que se definisse o alcance da revisão no começo de janeiro. Estão nos documentos que vocês receberam, e também podemos passar aqui na tela para que levem em conta. Enquanto vemos esse relatório, a primeira tarefa da equipe de revisão de RDS irá definir o seu alcance. E os membros do GAC que fazem parte da equipe de revisão têm que adotar uma posição com respeito a esse alcance, e isso tem que ser feito no mês de maio deste ano. Antes da reunião, da nossa

próxima reunião, devemos definir qual a posição que temos, no nome do GAC, com respeito à definição do alcance. E com o propósito para a área sobre segurança pública, analisamos o alcance proposto pela GNSO, e achamos que tem muito sentido. Basicamente, a GNSO propõe que a equipe de revisão de RDS, quando implementa os compromissos dos estatutos, avalia os esforços da diretoria de registo que está em andamento na comunidade, e estão dentro dos objetivos para cumprir com as necessidades legítimas dos organismos de cumprimento da lei, promovem a confiança dos consumidores e protegem os dados dos registratários. Como vocês sabem, foi muito difícil às vezes acompanhar esse processo nas sessões dos temas de muito interesse que se realizaram em Hyderabad. Falou-se deste assunto e havia muita confusão. Também propõe à GNSO que levemos em conta o trabalho que se está realizando na equipe de revisão dos serviços de privacidade e representação, e também que avaliemos o avanço dessa implementação, e que levemos em conta também as ações de cumprimento em termos mais gerais. No interesse de dar mais transparência e levar em conta a responsabilidade ou a prestação de contas, também querem que a equipe de revisão avalie e disponibilidade dos dados transparentes com respeito à aplicação das aplicações contatuais do WHOIS para avaliar o momento oportuno do RDAP, do novo protocolo e de outras questões também. O último ponto que eles propõem é que a

equipe de revisão tem que assegurar de que não exista duplicação do trabalho, trabalho que é responsabilidade da equipe do grupo de trabalho que se encarrega do desenvolvimento de políticas para RDS, e nós pensamos que também poderíamos apoiar as recomendações da GNSO, salvo a última, porque se bem estamos de acordo nas questões de fundo, achamos um pouco difícil, nessa altura, ter a certeza de que a equipe de revisão de RDS analise coisas que não necessariamente vão ser superpostas com os grupos de trabalho de desenvolvimento de política de RDS. Então sugerimos que apoiemos essas primeiras oito recomendações para definir o alcance da revisão, e que concentremos a nossa discussão em qual deveria ser o alcance da revisão. Espero não ter confundido mais vocês, e com prazer vou receber todas as sugestões que os senhores tenham. Não sei se há qualquer outro ponto que considere que deveria ser levado em conta, ou se deveríamos explicar algum outro ponto. Eu sei que muitos de vocês estiveram na reunião do grupo de trabalho esta manhã, quando falamos desse assunto, e ficou claro, acho, em termos gerais, que esse alcance do trabalho tem sentido, e que é uma coisa que também o GAC está considerando. Então, se não há comentários, Kavouss pede a palavra.

IRÃ: Muito obrigado, obrigado por sua apresentação. Eu acho que, para poder nos manifestar a favor ou não de tudo isso, precisamos fazer alguma deliberação no GAC. Não é suficiente com uns poucos minutos para nos pronunciar a respeito. Se no dia de hoje ou de amanhã tivermos tempo disponível, vamos trabalhar sobre esses pontos, senão não podemos nos manifestar com fundamentos. Obrigado.

ESTADOS UNIDOS: Muito obrigado. Como um dos membros do GAC que apresentou esse tema, os Estados Unidos de alguma forma querem contribuir com a definição deste alcance a nível da comunidade. Então a princípio apoiamos este esforço com o comentário do colega do Irã. Obrigado.

CATHRIN BAUER-BULST: Obrigada, Ashley. Alguém tem algum problema, objeção significativa a respeito do enfoque apresentado pela GNSO? Então propomos o seguinte: vamos avançar com esses pontos que apresentamos, como uma posição inicial dos representantes do GAC nesse processo que depois vamos deliberar com os membros da comunidade. E isso me faz pensar em como vamos estruturar os comentários e as contribuições para o GAC sobre esse tema. Vocês devem lembrar que no mês de outubro foi publicada a primeira convocação a voluntários,

que conclui em 22 de março desse mês. Então já há 13 voluntários que foram indicados pelo GAC. Eles são Thomas Walden e eu da comissão Europeia. Todos nós somos membros do grupo de trabalho sobre segurança pública, e sugerimos que os senhores considerem o seguinte: vamos começar com o trabalho da equipe de revisão de CCT que tem uma tarefa semelhante, e depois vamos apresentar um relatório a vocês na reunião da ICANN e vamos atualizando entre sessões. Como este não é um processo de desenvolvimento de políticas, a introdução será um pouco diferente, mas em alguns momentos decisivos o GAC vai ter que adotar uma posição, e se vocês têm alguma sugestão sobre como temos que solicitar as suas contribuições sem envolver o GAC em todo esse processo, com todo prazer, vamos escutar.

IRÃ:

Nós temos o seguinte procedimento para participar de um grupo: ninguém participa em nome do GAC, mas participa no processo com uma sorte de coordenador de laços de ligação, ou alguém que colabora, mas ninguém manifesta a posição do GAC no seu conjunto a menos que tenha sido feito uma deliberação no GAC. Esse é o processo.

CATHRIN BAUER-BULST: Fica entendido, então. Por isso estou tentando que me digam como querem que procedamos nós, como seus coordenadores de ligação, nesse processo. Então recebemos com todo prazer essas sugestões. Muito bem, se não há sugestões, então proponho que continuemos o mesmo processo que está se realizando para revisão dos CCTs. Vamos fazer algumas atualizações periódicas na nossa lista de e-mails, e também de forma presencial nas nossas reuniões. E depois veremos se existe a necessidade de nos pronunciar a respeito. Passemos agora ao segundo ponto nessa sessão, eu quero atualizá-los agora sobre o grupo de trabalho para o processo de desenvolvimento de políticas sobre os próximos serviços de diretoria de registo. Este grupo tem um ano e meio de existência, temos sete membros do GAC e quatro membros do grupo de trabalho sobre prestação de contas públicas, que participam de forma ativa como observadores. Há muitas deliberações em andamento sobre o objetivo desses novos RDS, dessa nova experiência, e eu acho que se realizaram contribuições muito importantes durante essa reunião da ICANN, quando trabalhamos com os membros da comunidade e encarregados da proteção de dados. Também hoje de manhã, na reunião do nosso grupo de trabalho do PSWG, conseguimos continuar as deliberações sobre as considerações em matéria de proteção de dados, não só para o novo PDP, mas também a respeito do trabalho do grupo de trabalho de segurança pública,

que quer colaborar com o GAC neste processo, e com todo prazer vamos continuar falando com esses colegas de forma tal que o PSWG possa ter toda informação em conta, ou deva levar toda essa informação em conta. Então, gostaria de saber se querem realizar comentários sobre esse PDP, sobre os RDS e as ações futuras, especialmente sobre a proteção de dados. Muito bem, se ninguém então quer realizar um comentário daquilo que eu disse, eu vou continuar então com os seguintes temas. Vocês sabem que o GAC se pronunciou várias vezes sobre essas questões, principalmente sobre os princípios dos serviços do WHOIS para GTLDs que publicamos em 2007, que consideramos que procuramos num equilíbrio de privacidade e os mecanismos de cumprimento da lei. Uma das soluções chave que está se tratando, neste PDP, é ver se existe a possibilidade de ter um acesso restrito, e por níveis, então nem todos os dados de WHOIS estariam disponíveis publicamente no futuro, mas que não seriam publicados todos os dados pessoais, e não apenas alguns seriam de caráter público e outros seriam de caráter restrito, e alguns diretamente não seriam publicados. Há várias considerações sobre esta solução de acesso restrito, especialmente como se habilita uma pessoa para que possa acessar essa informação, e como esses sistemas teriam levado em conta o interesse público particular de forma tal de prestar informação sobre com quem tratamos quando estamos na internet, e quem é o responsável do website. Esses seriam os

desafios que enfrentam os RDS, se se implementasse um acesso restrito ou através de níveis. Também temos que pensar, então, no sistema de habilitação para permitir os acessos aos organismos de cumprimento da lei. E há outros atores interessados nos dados disponíveis, dentro dos RDSs que até agora eram fechados. E depois, por nossa parte, quem pode autorizar aos governos, e ao poder executivo e outros atores relevantes aqui, acessar esses dados. Eu gostaria de mencionar que ter um acesso restrito por níveis tem algumas derivações que vão além da lei em matéria de proteção de dados. Então se tomamos essas decisões em prol da privacidade e da proteção dos atos, haveria consequências não desejadas em alguns estados em matéria de jurisdição, porque alguns começariam a gerar temas de acesso fechado. Em alguns estados, não estão as disposições em vigor, a respeito de armazenar dados ou em outras jurisdições, então isso aumenta ainda mais a complexidade desse tema. E no grupo de trabalho de responsabilidade pública, incentivamos os colegas do grupo de trabalho de especialistas em proteção de dados a que nos proponham soluções viáveis de uma perspectiva de uma proteção de dados, mas também da perspectiva jurisdicional, dos organismos de cumprimento da lei. Kavouss tem a palavra.

para coletar e processar e publicar dados está na convenção 108 e numa diretriz europeia, como marco que foi assinado por muitos países que estão na zona fora da zona da Europol. Então isso vai ser utilizado como um processo para aprovar os mecanismos, ver se são justos, proporcionados, para haver um consentimento do usuário, isso é, me refiro a todos os princípios acerca dos quais nos falaram ontem. Obrigado.

CATHRIN BAUER-BULST: Eu tenho entendido que o conselho da Europa participa de forma ativa a colegas da Comissão Europeia que também estão fazendo o acompanhamento das tarefas do grupo, e isso foi apontado já. E há muito mais trabalho para fazer do que os conceitos podem gerar possíveis sinergias para definir os princípios adequados, mas ainda é necessário esclarecer o que é, por exemplo, o processamento de dados para um propósito específico e etc. Quer dizer que está bem encaminhado, mas ainda isto merece maior consideração. De qualquer maneira, certa abertura a considerar os princípios da convenção e o marco da convenção de dados na Europa.

RÚSSIA: Tenho uma pergunta a respeito de acesso direto, ou acesso restrito, e possíveis questões em matéria de jurisdição. Talvez não gere questões em matéria de jurisdição para os dados

transfronteiriços. E para o acesso a esses dados, mas eu pergunto, esse grupo de trabalho tem algum mecanismo formal para responder e resolver essas questões e entrar em contato com os mecanismos pertinentes nos países para analisar essas questões de jurisdição? Porque os nossos colegas registradores na Rússia participaram nesse grupo e nos dão informação, mas não estamos a par de como se faz isto em nível de prática local e de legislação, e de como vai ser levado em consideração tudo isso.

CATHRIN BAUER-BULST: Eu sou uma observadora do grupo de trabalho, não uma participante ativa, mas entendo que o grupo de trabalho não está nessa instância ainda. Mas está considerando princípios e objetivos gerais que seriam aplicados a todo sistema RDS, e não adotou uma posição sobre o acesso restrito por níveis. Também não estudou questões de jurisdição a respeito dos países e acesso aos dados. Se alguém quiser falar alguma coisa, por favor, tem a palavra. Está aqui Chuck Gomes, presidente do grupo de trabalho, temos essa sorte.

CHUCK GOMES: Obrigado, Cathrin, obrigado a todos. Tenho o privilégio de ser o presidente desse grupo de trabalho. Em primeiro lugar, quero parabenizá-los porque estiveram seguindo de perto tudo isso, e

fizeram uma descrição muito boa de toda essa situação. É verdade o que dizem: nós ainda não chegamos a essa instância. O grupo de trabalho tem três etapas, primeiro desenvolver requisitos, depois criar uma política para cumprir com os requisitos, e em terceiro lugar implementação – na política que nós pensemos recomendar. E ainda nós chegamos à instância do acesso restrito. É uma das cinco questões que temos que tratar, e vocês devem lembrar que há pouco tempo houve um relatório de um grupo de trabalho de especialistas. Um bom relatório é um documento chave que devemos utilizar conforme a nossa carta orgânica, e também estamos utilizando outra série de documentos com maior informação sobre o acesso restrito. Cathrin tem razão: nós não chegamos a essa instância, estamos enfatizando o propósito do nosso grupo, e também eu vou considerar aquilo que disseram especialistas, autoridades em proteção de dados ontem. Estamos tentando concluir uma declaração de propósito para os novos serviços de diretório de registro, registo. Não sei se respondi a pergunta, e se quiserem formular alguma outra pergunta, não quero pegar seu tempo, mas com muito prazer vou ajudá-los.

CATHRIN BAUER-BULST: Rússia, respondemos a pergunta?

RÚSSIA: Sim. Por enquanto, sim.

CATHRIN BAUER-BULST: Talvez seja um tema que tenhamos que continuar considerando na medida em que avança o trabalho do grupo de trabalho para a fase de implementação do PDP.

CHUCK GOMES: Ainda estamos um pouco longe de chegar a essa fase de desenvolvimento de política, porque ainda não concluímos os detalhes dos requisitos específicos. Quando tivermos identificado uma expressão de propósito, poderemos continuar trabalhando para acordar alguns conceitos chave que vão nos ajudar a decidir quais serão os requisitos. Mas isso vai acontecer depois de ter passado pelas primeiras cinco áreas que de fato incluem o acesso restrito. As três que estamos trabalhando são usos e propósitos, proteção de dados e privacidade e elementos de dados. Quando tivermos os requisitos definidos para essas três áreas, vamos passar às outras duas, das primeiras cinco que incluem o acesso restrito. Quando chegarmos a essa instância, vamos preparar um relatório inicial preliminar. Vamos mostrá-lo à comunidade, vamos deixar que sejam feitos comentários públicos, como geralmente acontece, vocês já sabem. Vamos incorporar os comentários públicos ao nosso relatório inicial. Depois vamos enviar ao conselho da GNSO, que será

encarregado de dizer se devemos avançar, e quais os seguintes passos.

CATHRIN BAUER-BULST: Obrigado, Chuck. Isso é extremamente útil, ter aqui um conhecimento especializado do presidente do grupo. Acho que vamos ter que fechar aqui, acho que todos merecem o almoço, então obrigado por nos ouvir.

THOMAS SCHNEIDER: Obrigado. Fazemos a pausa para almoço, nos encontramos à tarde.

[FIM DA TRANSCRIÇÃO]